

# **ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÉNS**

*BURIED ALIVE: POLITICAL PRISON IN URUGUAYAN DICTATORSHIP AND THE  
HOSTAGE CASE*

Enrique Serra Padrós \*

**Resumo:** O presente artigo analisa a modalidade repressiva da ditadura uruguaia conhecida como “Política de Reféns”. A mesma foi utilizada como mecanismo preventivo contra hipotéticas ações que pudessem ser realizadas contra alvos identificados com o regime. Consistiu na imposição de rigoroso isolamento sobre diversas lideranças da guerrilha tupamara, detidas e transformadas em reféns. Enquanto tais, estes foram submetidos a duríssimas condições de sobrevivência em locais desconhecidos de todo o país (através de um sistema de rodízio). Os reféns foram tratados como “inimigos internos” particulares, sofrendo uma experiência carcerária inédita no Cone Sul. A aplicação de tal modalidade repressiva foi ancorada nos marcos da Doutrina de Segurança Nacional e fez parte das engrenagens do terrorismo de Estado uruguaio.

**Palavras-chave:** Ditadura Uruguaia, Ditaduras de Segurança Nacional, Terrorismo

de Estado, Política de Reféns, Prisão Política.

**Abstract:** This paper analyzes the mode of repressive Uruguayan dictatorship known as "Politics of Hostages." The same was used as a preventive mechanism against hypothetical actions that could be carried out against targets identified with the regime. Consisted in the imposition of rigorous isolation on various leaders of guerrilla tupamara, detained and turned into hostages. As such, they were subjected to harsh living conditions in unknown locations throughout the country (through a rotation system). The hostages were treated as particular "internal enemies," suffering an unprecedented carceral experience in South Cone. The application of such repressive mode was anchored in marks of the National Security Doctrine and was part of gears of Uruguayan state terrorism.

**Keywords:** Uruguayan dictatorship, Dictatorships of National Security, State Terror, Political Prisons.

---

\* Doutor em História. Professor do Departamento de História e dos PPG em História e em Relações Internacionais/UFRGS. Email: lola@orion.ufrgs.br

## **ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS**

O presente artigo<sup>1</sup> destaca uma modalidade repressiva, característica, da Ditadura de Segurança Nacional uruguaia (1973-1985), a “Política de Refêns”. A mesma foi justificada como mecanismo preventivo e de dissuasivo contra hipotéticas ações que pudessem ser realizadas no exterior, por remanescentes da luta armada, contra alvos identificados com a ditadura. Na prática, consistiu na imposição de rigoroso isolamento de diversas lideranças e quadros destacados da organização guerrilheira (homens e mulheres), detidos e transformados em refêns. Estes, enquanto tais, foram submetidos a terríveis condições de sobrevivência, em locais desconhecidos (sofrendo rodízio permanente por estabelecimentos militares de todo o país). Durante anos, estes presos políticos, tratados como “inimigos internos” muito particulares, sofreram uma experiência inédita de política estatal carcerária, em termos de Cone Sul. Apesar da sua especificidade e de seu caráter extremado, a aplicação de tal modalidade repressiva encontrou suporte dentro dos marcos gerais da Doutrina de Segurança Nacional e foi parte integrante das engrenagens constitutivas da dinâmica do terrorismo de Estado uruguaio.

### **Terrorismo de Estado, prisão massiva e refêns<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> O artigo retoma, amplia e aprofunda uma série de reflexões apresentadas no V Simpósio Internacional Estados Americanos: O Bicentenário das Independências (1810-2010). Universidade de Passo Fundo, 08 a 10 de junho 2010.

<sup>2</sup> Trabalhei este tema com profundidade em vários sub-capítulos da minha tese de doutorado: PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

O terrorismo de Estado uruguaio procurou concretizar como um dos seus objetivos essenciais e mais estratégicos, o reordenamento do sistema social em seus múltiplos aspectos, particularmente no enquadramento e despolitização de importantes setores sociais mobilizados por inúmeras demandas e questionamentos dirigidos ao statu quo vigente e propostas de projetos de mudanças estruturais. Portanto, a necessidade de imobilizar, disciplinar e anestesiar tais setores implicou na implementação de práticas repressivas que mostrassem eficiência no combate aos indivíduos e às organizações considerados “inimigos internos” prioritários. Na prática, amparados em um discurso que centrou a polarização na luta contra os elementos “subversivos” os setores que articularam o golpe de Estado e impuseram a ditadura desencadearam uma violência global. Na medida em que partiu do próprio Estado a utilização de modalidades repressivas como a tortura, a execução, o seqüestro e a reclusão massiva, a sociedade, em geral, ficou gravemente exposta e fragilizada. A derrota dos setores organizados de oposição ao novo regime foi a ante-sala da disseminação de uma “cultura do medo” (com variantes que incluíam a autocensura, a cooptação e a delação) que, com rara efetividade, conseguiu imobilizar, isolar e desativar os setores que persistiam na tentativa de contrapor algum tipo de resistência (mesmo que restrita a limitadas ações clandestinas de denúncia).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Esta foi a realidade do país até pelo menos o ano de 1980, quando o resultado negativo de uma consulta plebiscitária de mudança constitucional, aparentemente controlada pelo regime, surpreendentemente apontou para a rejeição da proposta. Tal fato, constituiu um elemento de clivagem no transcurso da ditadura; apesar de que a repressão e os meios de controle continuaram

A instituição de um sistema de terrorismo de Estado, não fica restrito à aplicação de uma ação repressiva concreta; a sua amplitude é muito maior. Detenções sem base legal, aplicação de tormentos físicos e psicológicos, seqüestros e desaparecimentos constituem práticas repressivas estatais que compõem um universo maior e estão compreendidas dentro da lógica de “violência organizada” irradiada através de vasos capilares por todas as dimensões da vida pública e privada das pessoas, associações e instituições. Onipresença dos aparelhos repressivos e impunidade para seus agentes são traços marcantes que atestam a existência de um Estado que se baseia na imposição da ameaça latente sobre todos.<sup>4</sup> No Uruguai, não foi diferente.

A violência estatal contra a sociedade não se reduziu ao universo mais restrito dos militantes das organizações armadas ou políticas consideradas mais perigosas para os interesses dos setores dominantes. Também não ficou limitado ao uso intensivo da tortura ou à brutal ameaça contra a comunidade exilada a partir da conexão repressiva regional e da atuação das unidades operativas do Plano Condor. Ou seja, o que de fato caracterizou a dinâmica do terrorismo de Estado uruguaio foi seu caráter global, extensivo, abrangente, prolongado, indiscriminado, retroativo, preventivo, extraterritorial e persistente. A sobreposição de tantas modalidades

repressivas e iniciativas discricionárias que tornaram esses anos da história do país um período particularmente “cinzento” e opressivo.

Da mesma forma que nos países vizinhos, também atingidos por Ditaduras de Segurança Nacional, entre as décadas de 60 e 80, a sociedade uruguaia sofreu o impacto da aplicação de uma violência instituída desde o centro do próprio Estado. Entre as diversas modalidades repressivas implementadas, a característica mais evidente da ditadura uruguaia foi àquela conhecida como prisão ou encarceramento massivo e prolongado. A comprovação desta situação, porém, aponta para um estranho paradoxo: se a violência promovida desde o estado perseguiu, constrangeu e torturou com tanta violência, porque a preocupação em preservar a vida dos prisioneiros?

Entre as razões levantadas, pode-se destacar a que indica que o uso funcional e elástico da categoria de “inimigo interno” – um inimigo interno apresentado e difundido como célula cancerígena do corpo social que assumia novas feições e se reproduzia incessantemente –, reforçava a retórica, repetida até a exaustão, da necessidade da permanência do Estado de Exceção e da impossibilidade da volta à normalidade democrática a médio prazo. O super dimensionamento do “inimigo interno”, inviabilizava soluções como a modalidade predominante no Chile (os fuzilamentos) ou a da Argentina (a política de desaparecimentos); o Serviço Paz e Justiça (SERPAJ) especulava, no imediato pós-ditadura, que provavelmente as Forças Armadas avaliavam que soluções daquele tipo imporiam um custo político muito elevado e um desgaste internacional irreversível, considerando a

---

bem ativos, a sociedade, paulatinamente, voltava a reagir após anos de silêncio, temor e terror.

<sup>4</sup> O que não significa que, paralelamente, existam mecanismos de procura, obtenção e consolidação de consenso. Entre tais mecanismos devem ser lembradas as redes que conectam as Ditaduras de Segurança Nacional com os meios corporativos de informação, as peças de propaganda produzidas pelo próprio Estado (no caso uruguaio, através da *Dirección Nacional de Relaciones Públicas-Dinarp*), e, sobretudo, por meio dos programas educacionais.

## ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS

reconhecida tradição democrática do país.<sup>5</sup> Ou seja, seria muito difícil justificar mortes e desaparecimentos massivos de cidadãos pelo simples fato de terem participado de organizações e partidos políticos que até pouco tempo atrás eram reconhecidamente legais e de longa tradição institucional. Acrescente-se a isso que quase a metade da população do país, na época, residia na capital. Provavelmente, um extermínio em grande escala seria impossível de abafar, considerando que o Uruguai era e continua sendo um pequeno e pouco populoso país, onde as distâncias são curtas e *todos se conocen*.<sup>6</sup>

O encarceramento massivo de dissidentes políticos implicou na montagem de uma estrutura portadora de uma lógica interna que, segundo muitos relatos de presos políticos, lembra uma espécie de grande campo de concentração. Em função desses registros, no início da recuperação democrática, as organizações de direitos humanos, uma vez confirmado o cotidiano de funcionamento das grandes unidades carcerárias, denominaram essa modalidade repressiva de *el gran encierro*. Segundo os resultados da pesquisa “A prisão prolongada no Uruguai: a versão dos detidos”,<sup>7</sup> aproximadamente 3.700 pessoas foram detidas entre 1972 e 1985,<sup>8</sup> “o que faz do

Uruguai a nação que teve o maior número de presos políticos em relação a sua população”.<sup>9</sup>

O cotidiano dos grandes estabelecimentos de reclusão, particularmente o *Penal de Libertad* e o feminino de *Punta de Rieles* tinham em comum a instabilidade permanente quanto à situação do tratamento recebido. As autoridades carcerárias, seguindo ordens superiores, implementavam um tratamento tipo movimento pendular, com momentos de “aperto” e outros de “afrouxamento”. Isto é, um vaivém entre períodos de hostilidade extremada e de farta distribuição de sanções (gerando situações de tensões quase insustentável), seguido de uma relativa distensão, até reiniciar-se o ciclo.<sup>10</sup>

Além dos grandes estabelecimentos carcerários citados, outros estabelecimentos militares ou policiais foram utilizados como centros permanentes de detenção, montando-se uma complexa infra-estrutura física que visou potencializar ao máximo as dependências do interior do país, como quartéis, bases aéreas e navais, delegacias de polícia e até residências particulares expropriadas do “inimigo” - transformadas em locais de detenção, tortura e interrogatório.<sup>11</sup>

Os efeitos obtidos pela prisão

---

pessoas presas durante vários meses e, posteriormente libertadas sem receber explicações.

<sup>5</sup> SERPAJ. *Uruguay Nunca Más. Informe Sobre la Violación a los Derechos Humanos (1972-1985)*. Montevideo: SERPAJ, 1989. p. 113-114.

<sup>6</sup> Idem, p. 112.

<sup>7</sup> Idem, p. 116.

<sup>8</sup> Os números do “grande encarceramento” são de difícil precisão. Inclusive, há um outro grupo de importância numérica considerável que também deve ser levado em conta: são os detidos que posteriormente recuperaram a liberdade sem ter sido processados. Entre eles, há casos de detidos por poucas horas, seja por erro de identificação ou por “queda” sem maiores consequências pessoais. Também ocorreram casos de

<sup>10</sup> Idem, p. 197.

<sup>11</sup> A tal ponto se deu importância ao encarceramento massivo no Uruguai que Eduardo Galeano, em novembro de 1977, desde o exílio, escrevia, em tom irônico: “No Uruguai é inaugurada uma prisão por mês. É o que os economistas chamam de “plano de desenvolvimento”. Transformaram em prisões as casernas, as delegacias de polícia, os navios abandonados, os velhos vagões dos trens e até a casa de cada cidadão. Existem mais prisioneiros políticos que prisioneiros de direito comum. O Uruguai possuía a maior proporção de prisioneiros políticos do mundo.” *Versus*, 16/11/77, p. 14.

prolongada extrapolavam os limites do universo dos presos políticos e do seu entorno mais imediato – como também ocorria com a aplicação de outras modalidades punitivas contra alvos seletivos. A prisão política cumpria com desenvoltura um dos principais objetivos do terrorismo de Estado, o de sujeitar, indiretamente, o conjunto do corpo social, projetando uma ameaça paralisante tanto sobre os prisioneiros quanto sobre a sociedade como um todo.<sup>12</sup> Da mesma forma, não era pretensão da política carcerária restituir os presos à sociedade em melhores condições. Pelo contrário, o intuito era destruí-los mediante sua decomposição moral, a perda da sua identidade psíquica e a eliminação das suas reservas éticas e políticas. Procurava-se, assim, anular a capacidade mobilizadora do preso mediante rigorosas condições de confinamento, as quais, muitas vezes, geraram silêncio, submissão, cumplicidade e resignação.

O cotidiano carcerário era preenchido por recreios curtos e freqüentemente suspensos (como formas de disciplinamento) enquanto que longos confinamentos dentro da cela, do barraco ou da solitária eram comuns. Gritos, empurrões, xingamentos, exames físicos e raspagem de cabeças eram parte da recepção, muitas vezes completada com uma primeira “visita” à solitária. Um dos principais objetivos do sistema carcerário uruguaio durante a ditadura foi a procura da deterioração mental e psicológica dos presos. A rotina de violência, despersonalização e punição foram acompanhadas por proibições cíclicas de realização de trabalhos manuais e intelectuais (sessões de estudo, oficinas de trabalho, desenvolvimento de técnicas de artesanato,

etc.). Espaços físicos muito reduzidos combinavam com péssimas condições de ventilação, iluminação, alimentação e higiene. Os manuais de normas e regras a ser observados dentro dos presídios apontavam, como resultado final, à fragilização extremada dos detidos e a produção de distúrbios mentais e problemas físicos que perdurassem como crônicos. Nesse sentido, tratava-se de mais uma atitude racional do sistema, lembrada seguidamente por torturadores e carcereiros: “já que não podemos matá-los, vamos torturá-los até enlouquecê-los.”<sup>13</sup> Coerentemente com isso, o então diretor do *Penal de Libertad*, major Arquimedes Maciel, chegou a afirmar, segundo depoimento de Eddy Kaufman, da Anistia Internacional, diante da Comissão de Relações Internacionais da Câmara de Deputados dos EUA (27 de junho de 1976), que: “*No los liquidamos cuando tuvimos la posibilidad, y encima tendremos que largarlos. Debemos aprovechar el tiempo que nos queda para volverlos locos*”.<sup>14</sup> Tal frase corrobora o objetivo central da política do “grande encarceramento”: a destruição psíquica planejada dos prisioneiros.

Efetivamente, a procura do enlouquecimento dos presos políticos foi um resultado pretendido desde o Estado; fobias, esquizofrenias, tentativas de suicídio e suicídios resultaram dessa prática deliberada de destruição da psique humana dos confinados naquelas condições. Dentro dessa lógica, cabe ressaltar, mais uma vez, que o sistema penitenciário foi montado com o objetivo de aniquilar, indiretamente, os detidos, os quais deviam continuar sendo

<sup>12</sup> SERPAJ. *Op. cit.*, p. 119.

<sup>13</sup> GIL, Daniel. *El Terror y la Tortura*. Montevideo: EPPAL, 1990. p. 79.

<sup>14</sup> MADRES Y FAMILIARES DE PROCESADOS POR LA JUSTICIA MILITAR. *Los cárceles militares del Uruguay. Informe de salud*. Montevideo, Agosto 1984. p. 5.

## **ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS**

considerados e tratados como inimigos até a morte. Estas brutais condições da experiência da reclusão política no Uruguai da Segurança Nacional, foram, também, a regra que imperava para aqueles que, além de tudo isso, passaram a sofrer a condição de refêns da ditadura.

### **Refêns da ditadura: chantagem e ameaça de morte permanente**

A criação da condição de “refêns” constituiu uma situação particular do sistema carcerário da ditadura uruguaia e conformou um regime de rigorosa detenção aplicada a determinados presos políticos, por mais de uma década. A origem deste fato está situada nos meses imediatamente após o golpe de Estado, em 1973. Nesse momento, nove homens e onze mulheres, considerados pelas Forças Armadas os principais militantes do Movimento de Libertação Nacional-Tupamaro (MLN) foram retirados dos presídios onde se encontravam reclusos e foram deslocados, mediante rodízios (também conhecidos como *rondas*), a diversos pontos do país. Há indícios de que fato semelhante tenha ocorrido com algumas lideranças da Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT) e do Partido Comunista Uruguaio (PCU).<sup>15</sup>

Esses presos políticos, retirados de um universo carcerário opressivo ao qual estavam tentando adaptar-se, sofreram, mais uma vez, a incerteza do desconhecido. Sua transferência se realizou sem destino conhecido, sem informação alguma aos familiares, advogados defensores ou juízes militares encarregados dos respectivos

processos penais. O grupo masculino do MLN só retornaria ao *Penal de Libertad*, de onde foi retirado, em abril de 1984, portanto, quase onze anos depois. Quanto às mulheres, sua condição de refém perdurou até 1976. Literalmente, tratou-se de um seqüestro de prisioneiros do próprio sistema prisional. E mesmo considerando o difícil cotidiano nos cárceres políticos do regime, comparativamente, a condição de refém deve ser qualificada como uma situação subumana.

Em setembro de 1973, as Forças Armadas “seqüestraram” do *Penal de Libertad* os seguintes militantes tupamaros (de reconhecida trajetória em movimentos populares e na luta armada): Raúl Sendic, Eleutério Fernández Huidobro, Jorge Manera, Julio Marenales, José Mujica, Jorge Zabalza, Adolfo Wasem, Henry Engler e Mauricio Rosencof. Quanto ao grupo feminino retirado do *Penal de Punta de Rieles* era integrado por Alba Antúnez, Stella Sánchez, Cristina Cabrera, Flavia Schilling (brasileira), Gracia Dry, Yessie Macchi, Lía Maciel, Miriam Montero, Raquel Dupont e Maria Elena Curbelo; após um ano, foi agregada Elise Micheline.<sup>16</sup> Tempos depois, estas presas e presos foram comunicados de que, a partir daquele momento havia uma resolução oficial que os identificava como refêns do regime e que seriam imediatamente executados caso os remanescentes da organização persistissem na luta contra as autoridades da ditadura. Existiu registro dessa resolução. Em 1979, um ex-oficial declarou ter visto, em 1975, no Batalhão de Infantaria Nº 4 (Colonia), onde estava detido Raul Sendic, uma instrução escrita colada na parede na qual se ordenava ao oficial de serviço que, se o quartel fosse

<sup>15</sup> TURIANSKY, Wladimir. *Apuntes contra la desmemoria: recuerdos de la resistencia*. Montevideo: Arca, 1988.

<sup>16</sup> SERPAJ. *Op. cit.*, p. 235.

atacado, executasse imediatamente a Sendic.<sup>17</sup>

O critério da escolha dos reféns continua impreciso. Fernández Huidobro considera que, no caso dos homens, foram escolhidos os líderes que haviam participado das conversações conhecidas como “Trégua Armada”<sup>18</sup>, além de Jorge Zabalza. No caso das mulheres, segundo consta no depoimento de Flávia Schilling, a escolha recaiu sobre as guerrilheiras que haviam sido feridas no momento da prisão.<sup>19</sup> Entretanto, o recente trabalho de Ruiz e Sanseviero<sup>20</sup> não confirma esta hipótese. Segundo o mesmo, a escolha teria sido mais uma estratégia militar para “endurecer as condições no cárcere, reprimir a organização interna e punir às líderes.”<sup>21</sup> Seja como for, em entrevista concedida ao *Coojornal*, logo após sua libertação, Flávia Schilling acrescentou que no seu caso pesou o fato da ditadura visar atingir seu pai, o jornalista Paulo Schilling, em processo de expulsão do país naquele momento.<sup>22</sup>

Um dos reféns, o escritor Mauricio Rosencof, relata que recebeu a informação da sua nova condição através do major Nino Gavazzo:

Traigo una resolución del Comando General del Ejército: estás condenado a muerte. Cualquier atentado que se produzca afuera vamos a limpiarte. Y vos sabés que eso es muy fácil porque se simula una fuga y ya está.

Esto no puede salir de vos, no puede enterarse tu familia, porque vos a tu familia la querés mucho, ¿no?<sup>23</sup>

Alejandro Artucio foi o advogado de defesa do refém Manera Lluberás, entre 1969 e 1971; posteriormente, na época em que os líderes tupamaros foram retirados do *Penal de Libertad*, virou preso político, como ocorreu com outros defensores de detidos e presos políticos. Ele conta como foi vivido esse fato desde dentro do sistema carcerário:

Una noche de setiembre de 1973, MANERA y otros reclusos considerados como la dirección del Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros), fueron sacados del E.M.R. N° 1 [*Penal de Libertad*] con destino desconocido: empezaba la vida como rehenes. En los días que siguieron a este hecho, algunos presos ubicados en diferentes sectores del Penal fueron informados, en conversación oficiosa ante el Mayor de ejército que tenía a su cargo la responsabilidad de los reclusos, que todos estos nueve prisioneros constituían la garantía de las F.F.A.A., de que el M.L.N. (T) no emprendiera acciones armadas; y que en caso de hacerlo existían órdenes superiores de fusilarlos de inmediato. Siempre pensé, que el deseo de la oficialidad a cargo del Penal, era de que esta amenaza se conociera entre la población carcelaria y sobretodo trascendiera al exterior de la carcel.<sup>24</sup>

Esse tipo de comunicado direto também foi dito às reféns: “[...] nos dijieron, no me acuerdo cómo pero nos dijieron que éramos rehenes. El motivo fue presionar a los

<sup>17</sup> Idem. p. 235.

<sup>18</sup> Refere-se a um conjunto de encontros de negociação sobre ilícitos econômicos entre a direção do MLN presa e certos setores militares, no transcorrer do ano 1972.

<sup>19</sup> SCHILLING, Flávia. *Querida liberdade*. São Paulo: Global Editora, 1980. p. 26.

<sup>20</sup> RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Las Rehenas: Historia oculta de once presas de la dictadura*. Montevideo: Fin de Siglo, 2012.

<sup>21</sup> RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Op. cit.*, p. 138.

<sup>22</sup> *Coojornal*, n° 53, maio de 1980, p. 24.

<sup>23</sup> Rosencof, Mauricio apud ISRAEL, Sergio. *El enigma Tral*. Montevideo: Trilce, 2002. p. 117.

<sup>24</sup> Testemunho de Alejandro Artucio, abril de 1982. In: MANERA LLUBERAS, Jorge. *Reseña testimoniada. Collectif pour la Defensa de Raul Sendic*. Genebra: 1982. p. 9.

## ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS

*de afuera, según dijeron ellos, que [...] si mataban alguien afuera nos mataban a nosotros. O sea que los tres años y pico que estuvimos en el calabozo estuvimos bajo pena de muerte.*”<sup>25</sup> Portanto, o estatuto de refém foi criado com um intuito preventivo bem explícito, o de enquadrar como “ato de guerra” qualquer ação “subversiva” promovida pelas organizações de oposição contra qualquer autoridade do regime; quer dizer, antes de qualquer hipotética ação “subversiva”, um grupo de prisioneiros políticos passaram a viver a dramática condição de estar condenados à morte, mas sem ter a mínima idéia da data de execução.

A existência de guerrilheiros em situação de refêns devia ser expressamente divulgada e reafirmada com muito estardalhaço para, assim, paralisar qualquer ação que os remanescentes do movimento tupamaro ainda pudessem desencadear. Essa medida era parte de uma estratégia especial de contenção e de engessamento de ações “vingativas” que pudessem ser tomadas contra autoridades ou funcionários do regime dentro e, principalmente, fora do país, onde algumas células guerrilheiras ainda permaneciam ativas. Rosencof afirma: “*Chantajeaban a los compañeros de afuera porque si hacían alguna acción, nosotros pagábamos con nuestras vidas.*”<sup>26</sup>

Um caso peculiar era o de Elisa Michelini, filha do combativo senador Zelmar Michelini, da Frente Ampla (assassinado posteriormente por um comando Condor, em Buenos Aires, em maio de 1976). Para Michelini não havia dúvida: a condição de

refém da sua filha constituía uma forma direta de chantagem contra a sua atuação na denúncia contra a ditadura que realizava desde o exílio, ou seja, o regime, nesse caso concreto, procurava silenciar a sua voz.<sup>27</sup> De certa forma, o caso de Elisa Michelini se aproxima do caso de Flávia Schilling, filha do jornalista Paulo Schilling, figura incômoda no Cone Sul da Segurança Nacional.

Quanto aos homens, eles foram separados em grupos de três (Fernández Huidobro, Mujica e Rosencof; Engler, Wassen e Manera Lluberas; Marenales, Sendic e Zabalza), mas isolados entre si, circularam por diferentes estabelecimentos militares do interior do país, seguindo um roteiro que, ciclicamente, fechava um novo rodízio. A razão dos deslocamentos permanentes referia-se a uma estratégia do Exército em dividir a responsabilidade da custódia entre todos os mandos, o que implicava em torná-los cúmplices - forma inteligente de realizar tal divisão, comprometer todo o corpo de oficiais e suboficiais para, assim, evitar surpresas no futuro. Calcula-se que, no caso do grupo masculino, nos dez anos e meio que esteve submetido à condição de refém, cada trio foi transferido de unidade militar, cerca de 45 vezes. A cada mudança, exigia-se do refém um novo esforço de identificação do espaço, adaptação às novas condições, apreensão das pautas, idiosincrasias da guarda local, etc.

No caso feminino, é preciso informar

<sup>25</sup> Depoimento de Stella Sánchez apud RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Op. cit.*, p. 142.

<sup>26</sup> Rosencof, Mauricio apud ISRAEL, Sergio. *Op. cit.*, p. 117.

<sup>27</sup> “A incorporação de Elisa à *ronda* ocorre no momento em que a tortura, a prisão massiva e prolongada se transformavam na principal estratégia terrorista do Estado uruguaio. Silenciar a voz de Zelmar Michelini representava um ‘investimento’ político de extraordinária importância para os ditadores.” RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Op. cit.*, p. 136-137.



que é um tema ainda pouco estudado e sobre o qual há pouca informação. Diante dessa constatação, deve-se reconhecer a valiosa contribuição de Ruiz e Sanseviero<sup>28</sup> ao resgatar essa experiência esquecida, trazendo questões muito importantes atravessadas por questões de gênero que contribuem na compreensão do manto de silêncio existente sobre as mesmas. Tal silêncio pode ser explicado pela produção de um discurso masculino sobre essa condição de sobrevivência e resistência (centrado no protagonismo dos homens). Porém, também deve ser analisado desde a atitude dessas próprias mulheres, o que contribuiu para consolidar seu apagamento enquanto protagonistas dessa modalidade repressiva.<sup>29</sup>

As mulheres passaram a sofrer o estatuto de reféns primeiro, e sua experiência concluiu anos antes que a do coletivo masculino. O motivo gerador desse fim abrupto, segundo a pesquisa de Ruiz e Sanseviero, teria sido a gravidez de uma delas, Yessie Macchi<sup>30</sup>, o que levou as autoridades militares a encerrar a “ronda” feminina pelos centros repressivos de Montevidéu integrando as reféns, novamente, ao mundo prisional do *Penal de Punta de Rieles*. Enquanto vigorou aquela situação, as reféns foram distribuídas em duplas (e, às vezes, individualmente), por períodos de até três meses, quando se estabelecia novo rodízio. O tratamento recebido era o mesmo sofrido pelos reféns masculinos: regime de

calabouço, incomunicação total, humilhações, simulações de fuzilamento, ameaças de estupro, agressões físicas, provocações de todo tipo e transferências constantes, sem prévio aviso, a outros estabelecimentos de detenção.<sup>31</sup>

Colocando a existência da condição de refém em perspectiva histórica, pode-se afirmar que a mesma é aceita em determinadas conjunturas dentro de uma certa lógica de confronto bélico. Mais do que isso, uma política de reféns pode ser justificada como fator militar tático e estratégico. Por outro lado, o estatuto de refém, pode referir-se a uma circunstância que não necessariamente entra em choque com um tratamento correto, “civilizado”. Ou seja, mesmo na situação de ilegalidade decorrente de uma presumível “guerra interna”, segundo o discurso oficial da DSN, nada determina que, independente do seu estatuto ilegal, o refém não pudesse receber um tratamento adequado, digno, com direito a alimentação, material de leitura, trabalhos manuais, informação, recreios ao ar livre e atendimento médico. Quer dizer, um tratamento digno de um ser humano, apesar da condição imposta; um tratamento como é devido a qualquer preso ou detido, seja onde for. O respeito da situação humana do refém sempre foi uma condição historicamente reconhecida, como bem lembra Samuel Blixen, já que se trata de “[...] una persona que queda en poder del enemigo como garantía o fianza mientras se tramita la paz, un acuerdo, un tratado.”<sup>32</sup>

O governo uruguaio, denunciado nos fóruns internacionais, refutou insistentemente as acusações contra essa prática negando sua existência. Maria Elena Curbelo, uma das

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Por opções de espaço não abordaremos esta polêmica, mas recomendamos a leitura da obra “Las Rehenas: Historia oculta de once presas de la dictadura”, dos citados Ruiz e Sanseviero.

<sup>30</sup> Em condições de rigorosa restrição de mobilidade, Yessie Macchi, com a cumplicidade de um agente de guarda, conseguiu engravidar de um companheiro de organização, o que gerou enorme escândalo entre os responsáveis pela sua custódia.

<sup>31</sup> SCHILLING, Flávia. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>32</sup> BLIXEN, Samuel. *Sindic*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2000. p. 291.

## **ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS**

refêns, após sua libertação contrapôs seu testemunho à postura oficial do governo, descrevendo como a “política de refêns” visava matar lentamente através da destruição psíquica e física:

El rehén, es un compañero que vive en la mayor soledad e incomunicación; no tiene noticias de otros presos como él, no sabe absolutamente nada del mundo que lo rodea, no habla con nadie, ni siquiera con sus carceleros, no oye otras voces humanas, no siente la risa de otra persona, no tiene con quien compartir su alegría o tristeza, no tiene con quien discutir algo que le preocupe. No tiene ningún tipo de vida social. EL REHEN ESTA SEPULTADO EN VIDA y sus carceleros se proponen, de esta forma, matarlo lentamente. Esta es la peor tortura vista jamás: es la tortura que intenta destruir despacio, que intenta la destrucción lenta pero total de los militantes, pesando además siempre sobre ellos la amenaza de que A CUALQUIER ACCION DE SU PARTIDO U ORGANIZACION POLITICA SERAN FUSILADOS.)<sup>33</sup>

Essa era, em definitivo, a lógica da política dos refêns. Essencialmente, seu maior objetivo era garantir a destruição física e mental. A justificativa de que esse mecanismo fornecia proteção aos funcionários do regime de ataques subversivos se mostrou, na melhor das hipóteses, desproporcional ou descabida. O desencadeamento dos fatos e a relação de forças no interior do sistema (entre governo e oposição armada), evidenciaram que usar refêns para garantir a segurança dos quartéis era uma farsa. Até porque, depois do golpe de Estado, sabia-se que o MLN já não dispunha

<sup>33</sup> Testemunho de Maria Helena Curbelo apud MANERA LLUBERAS, Jorge. *Op. cit.*, p. 40.

de capacidade operativa para planejar e concretizar ações desse porte. E mesmo que pudesse fazê-lo, sabia-se que isso, de forma geral, pioraria as condições de sobrevivência dos quadros presos nos estabelecimentos penitenciários. A tal ponto isso é verdadeiro que o regime, após ter ordenado o seqüestro dos refêns, não teve como assumir publicamente essa prática repressiva de chantagem. Sem ter como justificar tal situação passou a negar sistematicamente a existência dessa prática repressiva e a própria figura do refém.

Por isso, Blixen se pergunta: os refêns serviram de hipotético freio para uma suposta invasão? Impediram o recrudescimento da guerrilha? Foram um “fator de dissuasão” para um “bom comportamento” do resto dos presos? Foram o objeto predefinido para uma eventual represália? Não, responde. E procura no plano psicológico do sistema uma explicação que justifique a lógica da política de refêns:

Solo torturando, fastidiando, enloqueciendo a nueve individuos inermes, los cómplices del terrorismo de Estado ahogaban sus propias culpas, fabricaban demonios expiatorios, derivaban sus frustraciones, legitimaban sus aberraciones. El mecanismo se retroalimentaba: debo odiarte a ti para no odiarme a mi mismo por torturarte; puesto que te odio, puedo torturarte, sin odiarme a mi mismo.<sup>34</sup>

Entretanto, em 1974, quando ocorreu o assassinato do coronel Trabal, em Paris, a ditadura ameaçou aplicar a fórmula do “olho por olho, bala por bala”. Trabal, até pouco tempo antes chefe do serviço de inteligência

<sup>34</sup> BLIXEN, Samuel. *Op. cit.*, p. 291.

do Exército, desempenhava funções de adido militar em Paris vivendo um certo ostracismo após divergências com a cúpula militar. Responsabilizando pela autoria do crime uma desconhecida “Brigada Internacional Raul Sendic”, as Forças Armadas procuraram incriminar imediatamente o MLN e procuraram capitalizar o fato para livrar-se dos reféns. O inquérito da polícia francesa não chegou a nenhuma conclusão.

O assassinato de Trabal é considerado, até hoje, como “queima de arquivo” no marco da Operação Condor. Ocorrida a execução, Mauricio Rosencof, preso no quartel de Santa Clara del Olimar, recebeu a visita do major Gavazzo, quem lhe anunciou: “*Vengo a comunicarle en nombre del Estado Mayor del Ejército que va a ser condenado por la muerte del coronel Ramón Trabal en Paris.*”<sup>35</sup> Rosencof depois soube que tal plano não prosperou porque os reféns já haviam adquirido uma notoriedade que havia perpassado as fronteiras do país. Para compensar, as Forças Armadas decidiram assassinar cinco detidos seqüestrados: Graciela Estefanell, Mirta Teresa Hernández, Maria de los Ángeles Corbo, Floreal García e Héctor Brum (só Hernández não pertencia ao MLN). Conhecidos, a partir daí como *Los Cinco de Soca* (localidade onde seus cadáveres foram encontrados), esses militantes haviam sido processados em 1971 e desterrados para o Chile, mediante a chamada “opção constitucional” contida nas *Medidas Prontas de Seguridad* (espécie de leis de exceção). Fugindo do golpe de Pinochet, foram para Buenos Aires. Posteriormente, foram seqüestrados e trasladados clandestinamente ao Uruguai, onde acabaram executados.

Sergio Israel recolheu depoimentos sobre um projeto de alguns membros do MLN no exterior para seqüestrar Trabal e levá-lo a Cuba como parte de uma operação denominada “contra-reféns”. Seria a resposta do MLN ao seqüestro dos dirigentes históricos da organização. Mas tudo indica que a operação teria sido abortada antes do assassinato do coronel. De qualquer forma, Trabal acabou executando. Não podendo promover o aguardado ajuste de contas usando a vida dos reféns, parte da cúpula militar pressionou por imediata retaliação, para explicitar à opinião pública a correlação de ambos crimes (desviando a atenção da tese da queima de arquivo). Sobre este fato, comenta-se que o ditador civil Juan Maria Bordaberry havia conseguido diminuir o número de militantes a serem executados por exigência dos militares.<sup>36</sup>

No testemunho dado ao Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, Gabriel Manera, filho do refém Manera Lluberas, afirmou que a política de “tomada de reféns” visou obstaculizar, condicionar e neutralizar a ação dos principais setores políticos e sociais de oposição de esquerda. E que a persistência do seu pai e dos outros reféns em manter dentro do presídio ideais e aspirações de um mundo melhor e mais justo, com capacidade de protesto e rebeldia. Por isso, o regime passou a procurar uma “solução” de destruição física e psicológica através de um tratamento cruel, desumano e degradante.<sup>37</sup>

Segundo Samuel Blixen, as justificativas oficiais ou informais do regime não esclarecem a conduta relacionada com a situação dos reféns. Argumenta com dados e com a descrição do funcionamento da rotina

<sup>35</sup> ISRAEL, Sergio. *Op. cit.*, p. 20 e 117.

<sup>36</sup> *Idem.* p. 118.

<sup>37</sup> MANERA LLUBERAS, Jorge. *Op. cit.*

## **ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS**

carcerária para demonstrar o despropósito da lógica do discurso oficial:

[...] durante once años, cuatro mil días con sus respectivas noches, fue alimentada una maquinaria que ni por un minuto (y fueron 5.760.000 minutos) dejó de molestar, de provocar, de atosigar, de insultar y de tratar a nueve hombres que ni siquiera podían hablar entre sí, que no veían la luz del día, que comían en el suelo, que defecaban en un balde. No hay delito que justifique este tratamiento.<sup>38</sup>

A metodologia do confinamento dos refêns foi levada ao extremo. A incomunicabilidade referia-se tanto aos demais prisioneiros quanto à guarda – esta última encarregada de dar ordens e maltratá-los. Havia especial preocupação em impedir as relações entre eles e com os moradores locais. A comunicação com o exterior devia ser rigorosamente cortada. A própria guarda era severamente vigiada; sanções e punições mais severas eram aplicadas a quem desobedecesse aos regulamentos, sobretudo no que dizia respeito a prisioneiros tão especiais.

A seqüência de trocas de guarda, substituição de oficiais e mudanças de quartéis só pioravam o cotidiano dos presos. Quando estes finalmente tinham se apropriado ou re-apropriado dos códigos de sobrevivência de cada estabelecimento, vinha uma nova transferência que desarranjava seus mecanismos de defesa cotidiana; era necessário então refazê-los em função das novas condições, o que exigia um bom tempo e muita concentração e determinação. Quer dizer, privações aleatórias, incertezas e

instabilidade eram marcos cotidianos desse esquema de reclusão extremado:

Nosotras notábamos en Montevideo. ¿Qué iban a hacer con nosotros? No sabíamos. ¿Cuánto tiempo? No sabíamos tampoco. Nosotros no sabíamos qué iba a pasar de un día para el otro. La inseguridad era total. Pasaba que de un día para el otro te decían: ‘Vamos para otro cuartel’, y en ese cuartel las normas eran diferentes y todo cambiaba en un rato. Porque si ibas para el 4º de Caballería no podías tener agujas de croché, ibas para el otro y te dejaban tener todo, ibas para el otro y no te dejaban tener libros, y en el otro te dejaban tener libros.<sup>39</sup>

Para a guarda e os oficiais, a “vigilância” representava mais uma tarefa técnica a cumprir. Nesse sentido: *“La metodología que usó el Ejército fue hacer participar a todos: enfermeros, médicos, oficiales, tropa; todos tenían que ‘mojar’ de alguna manera, como garantía de que nadie pudiera decir: ‘fulano hizo’.”*<sup>40</sup>

A ausência de comunicação levou à perda de referências fundamentais de tempo e de espaço, conduzindo tais presos a uma prática de “não existência”. A constante vigilância eliminou a mínima privacidade. A falta de relações pessoais comprometeu a sanidade mental de indivíduos que viveram, por um longo período, em um mundo de silêncio e de violência. Totalmente isolados nesse inferno

<sup>38</sup> BLIXEN, Samuel. *Op. cit.*, p. 292.

<sup>39</sup> Depoimento de Gracia Dri apud RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Op. cit.* p. 147.

<sup>40</sup> ROSENCOF, Mauricio; FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleuterio. *Memorias del Calabozo*. Montevideo: Banda Oriental, 2000. vol. 1. p. 159.

carcerário, os reféns sofreram cotidianamente um tratamento brutal, mesmo para os padrões aplicados pela política carcerária uruguaia. Rosencof lembra a conversação entre um médico e o comandante da unidade de Santa Clara. Sem saber que o refém os ouvia, o médico alertava o outro sobre as péssimas condições de saúde dos presos: *“Pero che, jesto es una barbaridad! Para tenerlos así es más humano que los fusilen.”*<sup>41</sup>

Toda atividade física e mental foi proibida. As raras saídas ocorriam sempre com capuz e algemas, procurando desumanizá-los. Seu estado de saúde era alarmante devido a essas condições precaríssimas de sobrevivência e às torturas sofridas periodicamente, enquanto que seu direito de defesa era sistematicamente negado.<sup>42</sup> Adolfo Wasem, um dos reféns mais novos, escrevia a seus companheiros:

Sacando cuentas, he llegado a concluir que en total – sumando períodos que van desde un par de meses hasta seis u ocho meses, he pasado entre cuatro o cinco años de incomunicación total, a celda pelada, sin absolutamente nada, ni libros, ni papel, ni mate, ni siquiera ropa o el colchón.<sup>43</sup>

A área física do confinamento individual podia apresentar pequenas variações que não alteravam, porém, as terríveis restrições de espaço (celas com menos de 3 metros quadrados), iluminação,

ventilação e higiene. Em vários casos, as celas individuais haviam servido, originalmente, para a detenção de soldados; ou seja, calabouços destinados à tropa, com detenções que dificilmente superavam alguns dias. Mas as mesmas acabaram sendo utilizadas para a reclusão de prisioneiros durante anos. Quase sempre algemados e encapuzados, os reclusos sofriam com o espaço ínfimo, a carência completa de serviços sanitários e os poucos recreios que tiveram nesses anos todos. As condições dos locais de detenção dos reféns eram terríveis. O calabouço do Batalhão de Infantaria N° 4 era de 1,60 X 2 metros; o de Santa Clara de Olimar era de 1,20 X 1,25. Não dispunham de luminosidade e, se houvesse alguma janela, esta permanecia sempre fechada. Alguns não possuíam energia elétrica nem condições mínimas de ventilação. As condições sanitárias eram deploráveis.

Um dos piores lugares de confinamento foi o Regimento de Infantaria 2 (Durazno). Aqui, os reféns foram colocados em um poço de água desativado escavado a mais de quatro metros de profundidade, onde a comida devia ser alcançada através de uma corda. Sem luz e com a boca do poço freqüentemente tapada, a degradação do ambiente piorava por causa da umidade e dos alagamentos produzidos quando chovia, deixando o preso com a água até o meio da perna durante dias.<sup>44</sup>

Quanto à alimentação, a situação era dramática:

El preso debía comer las sobras de la comida de la tropa, y la cantidad de ésta dependía de la “buena voluntad” del guardia de turno, pues no existe ración, régimen o control alguno. La tropa, muchas veces no ingiere ese

<sup>41</sup> Idem, p. 31.

<sup>42</sup> IEPALA. *Uruguay. Seguridad nacional y cárceles políticas*. Madrid: IEPALA Editorial, 1984. p. 130.

<sup>43</sup> Carta de 23/08/84. WASEM, Adolfo. *El Tupamaro*. Montevideo: TAE, 1989. p. 36.

<sup>44</sup> SERPAJ. *Op. cit.*, p. 237.

## ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS

alimento por su mala calidad. Algunos, incluso, simplemente cumplen el turno y se alimentan después en sus casas. El preso come DIA Y NOCHE, MESES Y AÑOS, un alimento que no podría ser comercializado jamás por su malísima calidad.<sup>45</sup>

Sem recreios, isolados em celas individuais e sendo proibido qualquer diálogo com os soldados, o silêncio imposto foi outra forma de tortura combinada com a interdição da fala durante longos anos (fora o som proveniente das ordens, “grunhidos” e sarcasmos da guarda e dos oficiais). Há registros da surpresa dos presos ao ouvirem outras vozes, muito mais quando dirigidas a eles. Até o som da própria voz produzia estranhamento após longos períodos sem falar. O mesmo acontecia, em certos casos, quando recebiam as visitas que, apesar de serem bastante irregulares, eram “[...] la única oportunidad de conversar con alguien y mantener un encuentro humano pacífico.”<sup>46</sup>

Para as famílias, a situação foi terrível. O ex-refém Fernández Huidobro infere que a modalidade repressiva de clandestinização dos refêns foi uma política para aterrorizar as famílias envolvidas e, a partir delas, à população em geral. A ditadura entendia que o núcleo familiar dos refêns contaria o que sabia aos demais familiares, amigos, colegas e vizinhos do bairro. Fernández Huidobro conclui: “*Los familiares van a ser víctimas del terrorismo implantado contra ellos, a través de nosotros.*”<sup>47</sup> Ou seja, consistia em outra modalidade de aplicação da lógica da

“violência irradiada”.

Além das represálias, constrangimentos, restrições e ameaças sofridas por todos os núcleos familiares onde havia presos políticos, a peculiaridade de ser parente direto de alguém na condição de refém acrescentava dificuldades. O primeiro desafio era encontrar o local de detenção da pessoa. Como as transferências ocorriam sistematicamente e sem prévio aviso, perdiam-se muitas viagens e visitas.

Nos mudaban cada tres meses, y por lo menos durante un mes y pico los familiares no sabían dónde estábamos. Preguntaban: ‘¿Dónde está?’. ‘No sabemos, acá no está más’. Y para ellos ese no está más no sabían que podía ser, o la mataron, la desaparecieron o sigue en otro cuartel, ¿sigue en la *ronda* o no sigue en la *ronda*?, ¿la llevaron para Punta de Rieles? ¿Mejoró la situación o empeoró? Cada tanto, toda esa vuelta otra vez durante años.<sup>48</sup>

As constantes transferências sofridas pelos trios tupamaros masculinos (quarenta e cinco, aproximadamente) desorganizavam a precária estrutura montada pelas famílias que se inteiravam da mudança ao não encontrar o preso visitado onde devia estar. Em tese, a frequência e a duração das visitas era de uma hora quinzenal, mas mudanças imprevisíveis eram comuns por parte da autoridade carcerária. Também era corriqueiro serem informados, ao se apresentar no local e horário previsto, que a visita fora suspensa por causa de alguma sanção imposta ao preso por mau comportamento. Fato que gerava incerteza e temor sobre os motivos da ausência e a duração da mesma. A

<sup>45</sup> Testemunho de Eufelio Miguel Pereda Alvarez apud MANERA LLUBERAS, Jorge. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>46</sup> SERPAJ. *Op. cit.*, p. 237.

<sup>47</sup> ROSENCOF, Mauricio; FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleuterio. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>48</sup> Depoimento de Stella Sánchez apud RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Op. cit.*, p. 148.

longuíssima jornada de ida e volta e todo o desgaste da mesma pesava como um grande fardo. Sem contar o impacto, nesses encontros muito rápidos e sem contato físico, de encontrar o filho, pai, irmão ou companheiro, em um estado físico e psicológico deplorável, sempre algemado, com ausência completa de higiene: “*Nosotros teníamos que oler mal. Y nuestra familia tiene que haber sentido ese mal olor. Estábamos barbudos, no nos habían afeitado, no nos habíamos bañado, nuestra ropa estaba impregnada.*”<sup>49</sup> As marcas da violência física e o cansaço também estavam estampadas nos rostos cadavéricos. Vale a pena verificar essas condições nos relatos dos sobreviventes, começando por Fernández Huidobro:

[...] [Yo] tenía la cabeza rota, en esa primera visita. Ellos no me habían atendido. Tenía una herida en la frente y la cabeza hinchada. [...] debía tener muy sucia toda la zona por donde me había salido sangre, porque cuando mi familia se sentó frente a mí, leí el terror en sus ojos.<sup>50</sup>

Quanto a Mauricio Rosencof, seu pai, na prisão de Paso de los Toros, não o reconheceu quando o levaram a sua presença, tais as condições em que se encontrava: “*Pero yo vengo a ver a mi hijo; a él no lo conozco. Este no es mi hijo.*”<sup>51</sup>

Visto isso, é evidente que as condições em que ocorriam as visitas eram sempre muito tensas, difíceis. O entorno físico do encontro era de um profundo constrangimento tanto para a visita quanto para o preso. Todo contato físico era proibido, inclusive beijos e abraços. O afeto devia ser transmitido na

forma de olhares, palavras, sorrisos e pequenos gestos codificados; tudo muito contido, muito discreto. A visita das crianças, aguardada com grande expectativa por todos os presos e presas, era uma experiência onde se mesclavam a alegria e a dor. A exposição das crianças ao duro tratamento da guarda na aplicação das normas vigentes de revista e de comportamento gerava sentimento de culpa nos presos. Além da vergonha sentida pelo aspecto físico e pela falta de higiene. Alguns ficavam abalados de serem mostrados aos familiares após sessões de tratamento violento. Há vários depoimentos dos reféns que descrevem que, após longos períodos de isolamento, não eram reconhecidos nem pelos próprios pais ou filhos. As presas podiam ter contato físico com os filhos de até 14 anos; já no caso dos pais, a visita podia ser suspensa em caso do preso demonstrar comportamento indecoroso, como, por exemplo, “abraçar os filhos”, visto como desvio de comportamento e promiscuidade: o preso era acusado de *manosear a sus hijos*.<sup>52</sup>

O fato dos quartéis e centros de detenção, que faziam parte do circuito de estabelecimentos destinados a “hospedar” os reféns da ditadura, estarem espalhados pelo interior do país obrigava a longas jornadas de ônibus, que normalmente terminavam em extensas caminhadas entre a estrada e o quartel. A seguir, esperas demoradas, geralmente sem resguardo e nenhum conforto, agrediam os familiares. Particularmente penosas eram as revistas de material e a proibição de entradas de itens, inseridos em listas que variavam de visita a visita; da

<sup>49</sup> ROSENCOF, Mauricio; FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleuterio. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>50</sup> Idem. p. 35.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> URUGUAY: VIOLACIONES A LOS DERECHOS HUMANOS. TERRORISMO DE ESTADO Y SECUELAS. IMPUNIDAD Y DERECHO A LA VERDAD. DETENIDOS-DESAPARECIDOS: RECLAMO DE LOS FAMILIARES, ORGANIZACIONES SOCIALES Y POLÍTICAS.

## ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS

mesma forma, a apropriação de alguns objetos, comida e, o mais doloroso, a muito rara correspondência. As constrangedoras revistas de pessoas eram sadicamente reforçadas com sarcasmos e palavras vexatórias que os familiares eram obrigados a ouvir sem poder reagir diante da permanente ameaça de represálias contra o recluso. Pior era ter que ouvir as conversações acusatórias e propositalmente audíveis da guarda, jogando a culpa do esforço e do sofrimento dos familiares visitantes sobre os detidos, filhos irresponsáveis, criminosos e, por isso, merecidamente presos.

Há um dado que pode parecer insignificante, mas que é extremamente qualitativo do drama vivido por aqueles que sofriam a penalização do entorno direto do refém: os pais, presenças persistentes e incondicionais nesse calvário, eram pessoas de idade relativamente avançada. Além de terem que absorver a dor pelo filho preso e suas terríveis condições de sobrevivência, sofriam a humilhação e o desrespeito imposto a eles, como objetivo militar de continuação de uma guerra que só as Forças Armadas podiam continuar identificando como real. E o peso disso tudo aumentava muito mais pela hostilidade particular que recebiam por serem pais ou irmãos dos “temíveis” chefes subversivos. São emblemáticas, neste sentido, as seguintes situações lembradas por dois dos refêns. A mãe de Fernández Huidobro, mulher de idade avançada, em determinado momento havia sido proibida pela família de continuar peregrinando sozinha, mas ela fugia e deixava um bilhete: “*Fui a ver al Ñato*” [apelido de Fernández Huidobro]. Uma vez, em Santa Clara, chegou com a cabeça sangrando e os óculos quebrados após ter caído do trem. O filho não conseguiu convencê-la de que não

voltasse mais. “*Mientras me dejen verte, vengo arrastrándome, aunque sea.*” “*Nunca me faltó,*” lembra o ex-refém.<sup>53</sup>

Fato semelhante ocorrera com o pai de Mauricio Rosencof, judeu-polonês, doente do coração, que perdera toda a família em Auschwitz. Em uma das tantas visitas aos cárceres e quartéis do interior do país desmaiou após ter visto o filho em condições lastimáveis. Rosencof lembra: “[...] *salieron con la camilla. [...] El Viejo se había desmayado. Llegaron con la camilla, y cuando vio que querían llevarlo para adentro, se negó. Extrajo una pastilla, le alcanzaron un vaso de agua. El Viejo, tambaleando todavía, les dijo: ‘De ustedes no quiero ni agua’. Y con su tranquito sufrido se fue, solo, hasta la carretera.*”<sup>54</sup> A pesar das terríveis condições e da brutal hostilidade imposta pelo sistema, muitos são os registros que se recolhem desses pequenos atos de resistência, subversivos (no sentido de contrapor-se à ordem vigente). Atos anônimos, individuais, carregados de dignidade e coragem; o orgulho de quem, embora com tantas dificuldades, mantém uma atitude ética e resistente (seja no seu micro-espço ou interior mais profundo), contra a brutalidade das políticas estatais criminosas.

Inegavelmente, a pressão e o mau trato da ditadura com o entorno familiar do refém (e de todos os presos políticos), fazia parte da metodologia da política do TDE para destruir à “subversão” reclusa. Com tanto controle e isolamento dentro do sistema carcerário, mesmo que as visitas pudessem, em certos momentos, se tornar irregulares ou esporádicas, eram a única conexão do preso

<sup>53</sup> ROSENCOF, Mauricio; FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleutério. *Op. cit.*, p. 36.

<sup>54</sup> Idem, p. 35.



com o mundo real e com “a vida que eles haviam conhecido”. Certamente que essas visitas podiam fazer a diferença entre resistência e vontade de sobreviver ou prostração e loucura. Por isso o esforço do regime para dificultar ao extremo a presença dessas pessoas. Exigir delas maiores sacrifícios e impor novas humilhações era uma forma de punição, de aumentar a dor que eram obrigados a suportar. No final das contas, porque haviam permitido que seus filhos se tornassem subversivos? Por isso, quando alguns familiares desistiam das visitas ou ficavam impossibilitados de mantê-las, por saúde alquebrada ou por idade avançada, isto era, mesmo que localizado no microcosmos individual de cada preso, mais uma vitória do regime.

Os advogados civis dos reféns tinham enormes dificuldades para comunicar-se com eles; as visitas, quando não eram negadas, realizavam-se em condições intimidatórias para o defensor. As mesmas eram direta e ostensivamente vigiadas por vários oficiais e soldados armados a rigor, os quais gravavam a conversação, impedindo a mínima privacidade (isso acontecia até nos encontros com os filhos pequenos). A assistência legal viu-se obstruída pela constante pressão contra os advogados defensores, pressão tão ameaçadora que estes eram obrigados não só a abandonar a defesa, mas, em muitos casos, o próprio país. De fato, se já existia toda uma política de intimidação contra todo advogado constituído por famílias de presos políticos, muito pior era ser defensor dos “terríveis” chefes tupamaros, vistos como traidores das instituições (acusações constatadas nas declarações oficiais do regime). Como ocorreu, por exemplo, no caso específico de Jorge Manera Lluberás: todos os advogados que tentaram defendê-lo, coagidos,

abandonaram sua defesa e acabaram presos ou exilados. O último deles, Dr. José L. Corbo, que o defendeu durante dois anos, nunca conseguiu conversar com ele. Com o abandono da causa por parte dos advogados contratados, a Justiça Militar nomeava, então, os defensores de ofício, os quais, salvo raras exceções assumiam uma função meramente formal, sem empenho ou envolvimento com a causa, e sem informar à família sobre a evolução dos processos em andamento.<sup>55</sup>

A diversidade de privações e torturas sofridas permanentemente pelos reféns mostra o persistente uso de todo tipo de violência contra eles. O depoimento de um sub-oficial (a um familiar de refém) descreve uma situação singular no Batalhão de Engenheiros Nº 3 (Paso de los Toros), em 1973, e a repreensão contra o tratamento mais humano por parte de algum soldado (fato visto como fraqueza ou colaboração):

ENGLER, WASEM y MANERA [três dos reféns], a fines de 1973, eran trasladados a un cerro cercano de piedras calcinadas, por orden superior. Desnudos y vendados, se los estaqueaba de pies y manos sobre las rocas calientes, a pleno sol. Cuando ya no soportaban más la sed y pedían agua, les daban a beber agua con sal. También rociaban sus cuerpos con salmuera. Un día, un soldado de 19 años, tuvo piedad cuando uno de ellos pidió agua, y le dio de beber agua sin sal. Un oficial observó la acción y le comunicó su arresto y castigo por insubordinación: a la mañana siguiente sería estaqueado junto a los rehenes. Esa noche el soldado fue al cerro de las piedras, se descalzó, y poniendo su fusil entre los pies, apretó el gatillo y se levantó la tapa de los sesos.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> SERPAJ. *Op. cit.*, p. 238.

<sup>56</sup> Testemunho de Gabriel Manera Lluberás apud MANERA LLUBERAS, Jorge. *Op. cit.*, p. 19.

## ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS

Tudo o que dizia respeito à existência dos refêns foi sempre negado pela ditadura. Pior, ironizavam-se as acusações e as denúncias feitas no exterior. Por exemplo, no caso concreto de acusações sobre a situação de Manera Lluberas, o governo uruguaio respondia, em julho de 1975 - portanto, dois anos depois de ter sido seqüestrado do *Penal de Libertad* - que:

Las condiciones de alojamiento y alimentación que se proporcionan al encausado son las mejores dentro de los establecimientos del país y comparables a los mejores del mundo. La atención médica es permanente y está respaldada por el servicio de las Fuerzas Armadas con su principal [sic] el Hospital Central de las Fuerzas Armadas [Hospital Militar], donde se hace la atención especial de los reclusos.<sup>57</sup>

A constatação de que a tortura é permanente e explícita em qualquer estabelecimento de detenção, tanto nos presídios, onde há uma população carcerária massiva, quanto nos quartéis, onde estão reduzidos os refêns, é concreta. Mas a simples constatação comparativa não é suficiente para apreender a situação à qual estavam submetidos os refêns. No caso das mulheres a situação confrontava, direta ou indiretamente, uma violência de conotação sexual, como consta no seguinte registro:

[...] cuando pude hablar con Cristina, ella me lo decía de situaciones que había vivido, que ellos juegan mucho con la amenaza de la violación. Vos sabés que estás en un cuartel donde capaz que nadie sabe que te llevaron, que de repente sos la única mujer, o

que la otra mujer está en la otra punta, o no sabés si está. Y los milicos toman [bebem], y ahí puede ser una orden o puede ser uno que se desacate. Cuando estás sola siendo mujer el miedo a la violación es una cosa muy presente. Me acuerdo que las otras compañeras les pasó que entraron borrachos y las amenazaban con la violación. Que se abre la puerta y pensás: ¿qué puede pasar? Ese es el mayor miedo que tenés por ti y por los demás; te sentís muy sin nada. Porque además todas las voces que oís son masculinas, te sentís muy indefensa, muy expuesta en la parte más vulnerable tuya [...].<sup>58</sup>

A condição de refém das mulheres acabou em 1976. Como foi dito anteriormente, o motivo de tal fato (considerando que a situação do grupo masculino prosseguiria sem alterações até o final da ditadura), segundo contam Ruiz e Sanseviero foi o fato de uma delas, Yessie Macchi, ter tido sucesso em uma gravidez provocada junto a um companheiro de organização também detido. Tal fato surpreendeu os repressores, dadas as estritas condições de segurança e isolamento. Após a descoberta da gravidez de Macchi e do conseqüente escândalo e mal-estar gerado no interior das Forças Armadas, o comandante encarregado de informá-la sobre a sua volta ao *Penal de Punta Rieles*, simplesmente disse: “[...] los cuarteles no son lugares para mujeres”.<sup>59</sup> Sendo assim, as refêns puderam retornar ao convívio do universo carcerário feminino de *Punta de Rieles*, determinando o fim daquela particular condição que lhes foi impingida durante três anos. Para os homens,

<sup>58</sup> Depoimento de Miriam Montero apud RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Op. cit.*, p. 152.

<sup>59</sup> Depoimento Yessie Macchi apud RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Op. cit.*, p. 175.

<sup>57</sup> Idem, p. 44.

a experiência duraria vários anos mais.

### **Reféns da ditadura: a “guerra interna” para uma nova geração de repressores**

Na medida que os anos passavam ficava claro do absurdo que era continuar mantendo um grupo de opositores como “reféns”. Não havia no horizonte nenhum perigo que colocasse em risco as estruturas de poder advindas do golpe de Estado. As hipóteses divulgadas incessantemente, dentro da lógica preventiva e auto-justificadora do terrorismo de Estado, sobre o (re)surgimento de velhos ou novos focos “subversivos” eram parte de uma retórica desacreditada pela maior parte da opinião pública interna (embora as duras mordanças existentes) quanto da externa.

Para as Forças Armadas, entretanto, veladamente, a existência de tão especiais presos políticos, podia ajudar a resolver outras questões. Assim, não havendo como continuar insistindo em nova “guerra interna” nem na realização de operações de guerra ostensivas, a cúpula militar ressignificou aqueles perigosos e míticos presos políticos. Por um lado, eles tinham utilidade como butim de guerra e troféus conquistados em “gloriosas batalhas”, retro-alimentando uma épica militar assim transmitida às novas gerações de cadetes e jovens oficiais que iniciavam carreira militar, mas para os quais não havia oportunidade de serem incluídos naquela cruzada salvacionista contra inimigos imbuídos de ideologias estranhas e que ameaçavam os valores tradicionais de uma sociedade vulnerável. Segundo as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional a irrupção militar no mundo da política não devia ser passageira, portanto, era fundamental continuar fomentando atitudes de alertas e de

convencimento entre as novas gerações de oficiais. De alguma forma, era essencial integrá-los, de uma forma ou de outra, na grande gesta vitoriosa.

Para compreender esta problemática e relacioná-la com a realidade do “grande encarceramento” e manutenção da Política de Reféns podemos utilizar o esclarecedor testemunho de David Cámpora, do MLN. Ao referir-se à guarda do quartel de Trinidad, a qual adjetiva de sádica e de particularmente compromissada com a política repressiva sob seu encargo, comenta o perfil dos novos oficiais que vão para essa unidade para “mostrar serviço” e “fazer carreira”:

[...] son periodicamente llevados a Trinidad (por ser un cuartel del interior del país, de condiciones duras de vida), grupos de oficiales recién recibidos en la última promoción (alférez), “para que se hagan hombres”. Los individuos que dentro de estos grupos, llegan fanatizados en su juventud y con ansia de destacarse, son verdaderamente peligrosos. De ellos parten, la más de las veces, las “ideas nuevas” para la vejación del preso, su humillación o deshonor, para divertimento de la tropa o demás oficiales.<sup>60</sup>

Para Cámpora, uma estadia por uma dessas unidades era uma espécie de rito de passagem, de estágio probatório. Diante deles estavam os temíveis chefes inimigos derrotados, troféus da vitoriosa “guerra interna”, prostrados, humilhados, entregues à constante sanha dos vencedores. Ali estavam os líderes que haviam ousado entregar o país ao “comunismo internacional” e que haviam desafiado às Forças Armadas. Brincando com sua família, como forma de amenizar a dureza

<sup>60</sup> Testemunho de David Cámpora apud MANERA; LLUBERAS, Jorge. *Op. cit.* p. 29.

## **ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS**

das condições de sobrevivência, Flávia Schilling aludia, em uma carta, a essa “distinção” que os refêns haviam recebido do sistema: “Façam o favor de obedecer-me quando digo tal ou qual coisa. No fim das contas, estou aqui porque se supõe que, além de um perigo para a sociedade, sou “cabeça” de não sei o quê, e que “não sei quem” me respeita muito [...]”.<sup>61</sup>

Tanto o comentário de Cámpora quanto o de Schilling apontam para uma necessidade concreta do regime. Passados os anos de enfrentamento da luta armada, era fundamental oferecer, às novas gerações de oficiais, outras “boas guerras”, para fazerem carreiras e ganharem medalhas. Tornou-se estratégico, portanto, criar situações que servissem de cenários de cooptação de novas lideranças emergentes e que os inserissem nos compromissos assumidos pela oficialidade anterior. Era de especial interesse que os novos oficiais tivessem reforçado o sentimento de pertencimento às Forças Armadas, assumindo como suas as funções de preservar, como troféus, os mentores da subversão derrotada pela oficialidade mais velha. Assim, se garantia a manutenção do processo de combate à guerrilha que, dentro dessa lógica, não terminara com a vitória militar das forças de segurança, mas devia continuar em uma nova fase, perseverando na vigilância e punição do exército derrotado e recluso.

O seqüestro dos chefes do exército derrotado era parte da estratégia desta modalidade particular de “guerra interna” interminável; por isso a atenção especial que mereciam os refêns. Especial atenção que implicou, comparativamente, maior grau de

intensidade repressiva que aquela, também extremamente opressiva, que existia nos presídios. Um simples dado numérico comparativo ajuda na compreensão de toda essa lógica:

La situación en definitiva es concreta: mientras en una penitenciaría existe una proporción media de un guardián o celador cada 20 presos, en el cuartel la proporción es de 400 soldados para un rehén; soldados y suboficiales que viven en la inactividad y que, adoctrinados por la oficialidad, encuentran su “diversión” y descarga en molestar al preso, asustarlo, mortificarlo, vejarlo de palabra y de hecho. Es algo que, a poco de pensarlo unos instantes, resulta tenebroso... Por ejemplo, con el rehén, hacerle ruido o patearle la puerta de noche, meterle cosas en la comida, como hormigas o piedras, escupirle las frazadas, ponerle espinas, piedras, excrementos, adentro del jergón que hace las veces de colchón.<sup>62</sup>

O testemunho de Cámpora é de valiosa pertinência porque, apesar de ser um dos principais dirigentes do MLN presos, não sofreu as agruras da condição de refém. Isso lhe permitiu comparar e diferenciar a situação dos detidos temporários nos quartéis e a dos presos nas penitenciárias; e essas situações, com a dos refêns. Sem dúvida, a situação destes piorava ainda mais por causa da mística existente sobre a organização e suas lideranças, a ponto de serem vistos como atração e alvo do sarcasmo e do sadismo desses quadros doutrinados nos valores da DSN. No caso das mulheres, elas constituíam um troféu particular, muitas vezes relacionado com formas simbólicas e concretas de ameaças com violência de gênero. Segundo Ruiz e Sanseviero as refêns foram produzidas

<sup>61</sup> Carta de 15/05/74. SCHILLING, Flávia. *Op. cit.*, p. 39.

<sup>62</sup> Testemunho de David Cámpora apud MANERA; LLUBERAS, Jorge. *Op. cit.* p. 29.

simbolicamente como objeto para o ódio de oficiais e da tropa. Nos relatos das sobreviventes aparecem tais nuances: “[...] *Cuando llegamos ahí nos tenían preparado su lugar que eran unos mini calabozos donde habían puesto un letrado que decía ‘Asesinas’* [...]”.<sup>63</sup> Da mesma forma,

[...] cuando había una visita de un oficial los tipos en los cuarteles siempre los hacen recorrer, les hacen un *tour* y les muestran las posesiones más valiosas: primero las tanquetas, que era una adquisición reciente, después los caballos, después los perros ovejeros y después a nosotras, las rehenes mujeres, que eran los monstruos, mujer y guerrillera... para ellos eras lo peor.<sup>64</sup>

O seguinte diálogo entre Eleutério Fernández Huidobro (FH) e Mauricio Rosencof (MR), lembrando o cotidiano do confinamento desde o “ventre da besta”, confirma a hipótese do troféu e da importância da continuidade da guerra para a formação das novas gerações de oficiais.

FH: A nosotros, ellos, con sus garras de variado tipo, quisieron eviscerarnos el alma. Para lo que, por lo general, se necesita tiempo... Lentamente. Tenazmente. En busca de una destrucción sistemática, tediosa y angustiante...

MR: Que además carecía de objeto.

FH: Carecía también de fin. De salida.

MR: De propósito. No querían de nosotros nada. Sólo destruirnos lentamente.

FH: “Estos tienen que sufrir mucho más todavía”, solían decir, repitiéndolo tanto que al fin era como un chiste sabido y viejo.

MR: Nueve años en una división

significa que cada oficial termina conociéndote íntimamente. Conociendo nuestros parientes. Nuestras debilidades. Explotarlas. Hundir allí los fríos cuchillos.

FH: Nos conocían mejor que nuestros parientes.

MR: Nos tuvieron a su entera disposición nueve años.

FH: Si sabían que un insulto te agredía más que otro, por allí entraban buscando quebrar y deshacer.

MR: Tenían semanas, meses, años, lustros, décadas para hacerlo.<sup>65</sup>

Portanto, a Política de Reféns tornava explícita uma necessidade concreta do regime. Passados os anos de enfrentamento da luta armada, era fundamental oferecer, às novas gerações de oficiais, outras “boas guerras”, para fazerem carreira e ganharem medalhas. Tornou-se estratégico, portanto, criar situações que servissem de cenários de cooptação de novas lideranças emergentes e que os inserissem nos compromissos assumidos pela oficialidade anterior. Era de especial interesse que os novos oficiais tivessem reforçado o sentimento de pertencimento às Forças Armadas, assumindo como suas as funções de preservar, como troféus, os mentores da subversão derrotada pela oficialidade mais velha. Assim, se garantia a manutenção do processo de combate à guerrilha que, dentro dessa lógica, não terminara com a vitória militar das forças de segurança, mas devia continuar em uma nova fase, perseverando na vigilância e punição do exército derrotado e recluso.

Por um lado, era mais um exemplo de divisão de responsabilidades com toda a corporação, um dos objetivos permanentes das Forças Armadas. Neste caso,

<sup>63</sup> Depoimento de Yessie Macchi apus RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Op. cit.*, p. 150.

<sup>64</sup> *Idem.*

<sup>65</sup> ROSENCOF, Mauricio; FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleutério. *Op. cit.*, p. 124.

## **ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS**

comprometendo os oficiais mais novos, consolidando com significativo sucesso a captação dos seus corações e mentes. Por outro lado, eles eram observados em ação, em “situação de guerra”, no tratamento cotidiano com os refêns. Como nova fase da mesma e interminável “guerra interna”, gerava-se uma situação em que se podia avaliar a fidelidade, a obediência, a disciplina, o pulso forte com a tropa, a determinação e o respeito à hierarquia. Caso se constatassem contrariedades e eventuais discordâncias, podiam-se tomar medidas corretivas de enquadramento ou prever e evitar possíveis futuras dissidências.

Assim, a importância do uso dos refêns podia ser medida pelo papel que cumpriam ao permitir medir o amadurecimento dos novos mandos e da tropa, fazendo tais oficiais ganharem experiência, aprendendo a lidar com a subversão nesse prolongamento de “guerra interna”, que ocorria agora no interior dos presídios, contra um exército reduzido e recluso, onde o que estava em jogo era a “mera” sobrevivência física e a preservação da sanidade mental por parte dos derrotados. Em resumo, era como oferecer uma chance para que a nova oficialidade tivesse a sua “guerra interna” particular para projetar-se, ganhar sua glória, seus troféus e seus estandartes, inaugurar placas e monumentos auto-laudatórios em praças assépticas, enquanto dava-se prosseguimento à “grande cruzada” e à ocupação do país. E, dentro dessa lógica, particularmente perversa foi a utilização de crianças, filhos de oficiais, que, com a aprovação e o estímulo destes, hostilizavam refêns. Nas palavras de Fernández Huidobro: “*Se había llegado a esos extremos de bajeza inconcebible.*” Ao

que Rosencof acrescenta: “*Que oyéramos la voz de un soldado mofarse o insultar, entraba en las leyes del juego, pero oír las voces de los niños amenazar, reírse, regocijarse como en un juego, era macabro.*” Para aqueles presos que sonhavam com a presença de crianças, um tormento destes era inadmissível. “*¿Como entender la mentalidad de padres que como elemento formativo le daban a sus hijos esa tarea?*”, rememora Rosencof. E Fernández Huidobro conclui: “*Tarea que, realizada, daba motivo de orgullo paternal... Se estaba entrenando a los hijos, desde niños, para la tortura.*”<sup>66</sup>

De forma geral, tratou-se de uma experiência de “animalização” visando destruir as faculdades humanas, a estrutura psicológica das consciências, impedindo o desenvolvimento de qualquer hábito de trabalho produtivo, de higiene, de exercício físico, limitando toda informação, cerceando toda possibilidade de informação e de comunicação ou de interação social.

Nos tenían en un microscopio; vos estabas siempre con ellos mirándote, y así tuviste que aprender a esconder tus emociones hasta el máximo; que no se te transparentara lo que te hacía feliz ni lo que te hacía doler porque eso iba a ser usado contra vos. Vos los tenías siempre encima a ellos, permanentemente. Vos estabas entre las cuatro paredes de un laboratorio perfecto. Ellos hacían todo tipo de experimento, con tus sentimientos, con tu cabeza, con tu físico, con tu resistencia en todos los planos. Era un laboratorio muy cruel donde todo estaba en juego: tu pasado, tu presente, tu familia.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Idem. p. 29-30.

<sup>67</sup> Depoimento de Alba Antúnez apud RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Op. cit.*, p. 156.

Como lógico corolário após mais de uma década de tratamento desumano e de extrema agressão psicológica, os reféns acumularam profundas seqüelas de deterioração. Invariavelmente, todos experimentaram algum tipo de doença. O caso mais grave foi o de Adolfo Wasem Alaniz, que faleceu na prisão em decorrência da falta de atendimento médico sistemático e adequado. O rigor extremado das condições carcerárias contribuiu para a evolução de um câncer que ocasionou sua morte, em novembro de 1984, aos 37 anos. Desde abril de 1980, Wasem notara um tumor no pescoço, sendo tratado com calmantes e antiinflamatórios. Um ano depois, foi trasladado ao Hospital Militar onde foi operado. Nesse período, recebeu aplicações de cobalto, fez análises de sangue e urina e tirou radiografias. Posteriormente, o tratamento tornou-se esporádico, o que agravou o quadro geral. Finalmente, após outra operação de um novo tumor no pescoço, foi internado no Hospital Militar aonde veio a falecer.<sup>68</sup>

Chama a atenção a avaliação feita sobre essa experiência por José Mujica, ex-refém que, após a ditadura, se elegeu deputado, senador e presidente do Uruguai, pela Frente Ampla. Ele avalia que as Forças Armadas, ao instituir o seqüestro, cometeram um grave erro, pois, ao retirar os chefes tupamaros do convívio do cárcere e dos companheiros presos, essas lideranças foram poupadas do processo de auto-crítica e revisionismo que tomou conta dos militantes do MLN derrotados e presos. Mujica considera que se não tivesse ocorrido a retirada daquelas lideranças, os chamados “viejos” (a velha direção, os “históricos”), certamente teriam sofrido críticas diante da

*débâcle* do movimento. Ao serem transformados em “reféns”, nas condições particulares em que se deu essa condição e a luta épica pela sobrevivência, eles ficaram “além do bem e do mal”.

Fue un error porque nos sacaron [...] del Penal de Libertad. Y con eso, en un proceso de desgaste interno que duró tantos años, nos preservaron. La derrota es como la culpa, no la quiere nadie. Los balances son necesarios, pero digamos que no son las cárceles los lugares más adecuados para hacerlos. Con el correr de los años, la vida de la cárcel va creando una sociedad fragmentada, subdividida, llena de las culpas que se hechan los unos a los otros. [...] resulta que los jefes no eran intocables, éramos personas comunes y corrientes, de modo que cuando nos trasladaron [...], cuando nos apartaron de todos los demás, establecieron una categoría de compañeros que no participaban de todo aquello y que, por lo tanto, constituían el único punto de referencia que estaba más allá del bien y del mal. Fue un grueso error de los milicos. A la hora de la verdad había un palito en la colmena para que se aglutinaran, aun con diferencias.<sup>69</sup>

A análise de Mujica levanta a hipótese de que, se eles não tivessem sido retirados do *Penal*, teriam sofrido o desgaste da derrota entre seus companheiros, fosse pela responsabilidade da liderança ou pelo embate com uma geração mais nova que tinha posições pontuais diferentes. Ou seja, a hipótese militar apoiava-se no entendimento de que, se os *viejos* não fossem separados do resto dos presos políticos, continuariam chefes do exército vencido e isso os tornaria mais perigosos. Não se deram conta de que os

<sup>68</sup> SERPAJ. *Op. cit.*, p. 238.

<sup>69</sup> CAMPODÓNICO, Miguel Angel. *Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo, 1999. p. 125.

## **ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS**

fatores disciplina e obediência, que certamente existiam no MLN, até por ser uma estrutura militar, eram, entretanto, diferentes na corporação militar. Isto é, apesar de ser uma estrutura militar, o funcionamento do MLN se pautava por uma flexibilização da lógica ordem-obediência, com certeza intolerável para o rigor da lógica castrense. Além disso, havia um elemento distintivo fundamental entre uma organização guerrilheira e um exército profissional: o fator político-ideológico, o mesmo que, no momento da derrota, virava exigência de crítica, autocrítica e reflexão. Mas os chefes tupamaros foram poupados disso. Conhecidos seus perfis e seus históricos, seguramente afrontariam o debate, que acabou sendo bem intenso entre os demais. Mujica reconhece: os *viejos* viraram refêns e se tornaram intocáveis e imunes à fragmentação, à cizânia, ao fratricídio não só do cárcere, mas da clandestinidade e do exílio; viraram referência de sobrevivência, de persistência de uma luta, de unidade.

Nosotros lo pasamos mal, muy mal, pero desde un punto de vista profundo, fue un gran error [do régime]. Además, nos dieron una proyección internacional. Los compañeros que se iban contribuían a que afuera se conociera la forma en que nos tenían [...]. Entonces, recibir una actitud diferenciada, aparentemente de castigo, de apartamiento de los demás compañeros, también contribuyó a fortificar la imagen que se tenía sobre nosotros fuera del país.<sup>70</sup>

A hipótese de Mujica infere que a política repressiva dos governos Pacheco Areco, Bordaberry e o da ditadura

propriamente dita, procuraram, além do aniquilamento militar da organização guerrilheira, efetuar um “apagamento” histórico do mesmo, desde a “patética” proibição da sua nomeação pública, durante a gestão do primeiro (o Poder Executivo havia proibido, absurdamente, a menção de palavras como “guerrilha” e “tupamaro”), até a política de “sumir” com a liderança seqüestrada (o que é diferente da prática do “desaparecimento concreto”). O tratamento que a ditadura deu à informação sobre os refêns foi ambígua. Aparentemente, queria-se impedir que a sociedade uruguaia soubesse o que ocorria com eles, proibindo qualquer manifestação ou comentário ao seu respeito. Mas, por outro lado, comentavam abertamente a operação de chantagem dentro dos presídios, onde existiam redes de informação e de conexão da “subversão” presa com a clandestinidade e com o exílio. Tornou-se de vital importância para o regime que se soubesse que os *viejos* estavam vivos. Não eram desaparecidos. Mas estavam seqüestrados em lugar ignorado (pelo menos durante um bom tempo). Era uma nova modalidade de clandestinização da sua detenção. Mas estavam vivos; porém, essa era uma circunstância que podia mudar com uma simples ordem como represália a ataques perpetrados contra as Forças Armadas.

Wasem Alaniz escreveu que somente em 1982 soube da sua verdadeira condição de refém. Ao chegar ao quartel do Regimento de Cavalaria Blindado 2, o comandante da unidade, tenente coronel Conti, comunicou oficialmente:

No se confunda. Usted no tiene ningún derecho y está sometido totalmente a la discrecionalidad de lo que yo disponga. Si las cosas fueran al revés nosotros no la hubiéramos

<sup>70</sup> Idem. p. 126.



contado. Así que, por lo tanto usted debe agradecer hasta el estar vivo. En consecuencia cada una de las órdenes que yo de a su respecto debe interpretarse como una concesión, que puede ser revocada en cualquier momento que yo lo quiera. ¿Está claro?<sup>71</sup>

Entretanto, como bem ressalta Mujica, o fator externo se tornou importante caixa de ressonância e o exílio, as organizações internacionais vinculadas à defesa dos direitos humanos e a solidariedade abrangente reverteram a intenção repressiva. Enquanto que os tupamaros, de forma geral, entre tantos outros presos políticos, eram lembrados pelas difíceis condições de sobrevivência nas prisões uruguaias, os reféns viraram uma espécie de mito. Mito, muitas vezes, alimentado pela própria guarda que os cercava.

À medida que o tempo passou, a localização dos reféns se tornou relativamente pública, o que permitiu um monitoramento mais eficiente e preciso. Suas condições de reclusão se tornaram completamente injustificáveis. Sendo assim, tornaram-se referência de luta e resistência para uma nova geração de jovens que se formou dentro do contexto da ditadura - apesar das inúmeras restrições existentes. O resgate histórico da figura da liderança tupamara, transformada em refém do regime, ganhou enorme vitalidade, tornando-se bandeira particular entre tantas outras. Tal fato impossibilitou que, nos estertores do regime militar, fossem executados ou desaparecidos. Wasem lembraria até o fim o desabafo do tenente coronel Conti pouco antes do término do estatuto de refém e da volta ao *Penal de Libertad*: “[...] en realidad con ustedes

*tendríamos que haber hecho jabón*”.<sup>72</sup>

Essa frase contém uma dupla mensagem por detrás da amargura ou raiva de um oficial arrependido por não terem sido tomadas medidas mais duras contra os reféns. Por um lado, uma triste referência à insidiosa prática nazista do genocídio contra os judeus centrado na alusão de transformar os reféns em sabão, o que não deixa de chamar a atenção já que, na experiência repressiva da ditadura uruguaia, não se encontram expressões anti-semitas como aquelas verificadas, por exemplo, na ditadura argentina de Segurança Nacional. Por outro lado, a frase explicita um arrependimento tardio e direto por não terem executado, em conjunturas mais favoráveis para isso, a liderança tupamara. Deve ressaltar-se que a frase do tenente coronel Conti foi enunciada quase ao final da ditadura, durante as conversações políticas prévias às eleições de 1984, o que torna mais grave suas palavras, pois seu profundo tom ameaçador atesta a crença na imunidade e na impunidade sobre as ações individuais e coletivas perpetradas pela ditadura. E tais palavras são o reconhecimento direto da continuação da hostilidade, da violência física e da indução ao suicídio e à perda da sanidade mental dos reféns (e dos presos políticos em geral), objetivo procurado insistentemente enquanto vigorou a lei da ditadura e da DSN.

\*\*\*\*\*

Finalmente, ao sair da prisão, os reféns homens convocaram uma coletiva de imprensa. Diante de jornalistas, familiares, militantes e muitos jovens deixaram claro que tinham consciência do que haviam sofrido:

<sup>71</sup> WASEM, Adolfo. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>72</sup> Carta de 27/8/84. *Idem*.

## **ENTERRADOS VIVOS: A PRISÃO POLÍTICA NA DITADURA URUGUAIA E O CASO DOS REFÊNS**

“Ustedes tienen que comprender lo siguiente: nosotros todos [os presos], pero muy especialmente los que fuimos rehenes... *Hemos vivido enterrados vivos*”.

A experiência da Política de Reféns, particularidade uruguaia dentro do conjunto de práticas repressivas desencadeadas pelas Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, mostrou-se um sistema racional, com dispositivos próprios e coerentes com o pensamento securitista e articulado com as outras iniciativas estatais geradoras da “cultura do medo”. Uma infra-estrutura complexa de estabelecimentos militares, policiais e carcerários foram utilizados para servir de campo de batalha para destruir a dignidade, os princípios e valores de homens e mulheres detidos, representantes de organizações derrotadas e esfaceladas; homens e mulheres sem outra capacidade de resistência que aquela sustentada pela tenacidade e pelas convicções da própria necessidade de sobreviver.

Centenas de funcionários públicos, militares e civis, participaram de este ato ignominioso e injustificável. A crueldade implícita na concepção, execução e exploração de tal situação confirma que não se tratou de ato fortuito ou decidido por indivíduos que agiram na sombra do poder. Bem pelo contrário, a compreensão do que foi a Política de Reféns impõe reconhecê-la como política estatal parte do mesmo terrorismo de Estado que torturou, seqüestrou, assassinou e desapareceu cidadãos, e ainda seqüestrou crianças e roubou suas identidades. Finalmente, cabe perguntar qual é a honra, segundo alegam antigos repressores, que existe por detrás dessas ações? Também não se pode perder o fio da meada que leva à matriz do pensamento, da doutrina e da

formação profissional que gerou tal experiência assim aos seus executores, tornando possível “essas gloriosas batalhas”, que no fundo não passam de crimes hediondos contra a condição humana e contra a maior parte da sociedade que a retórica dos defensores da Segurança Nacional proclamava proteger, enquanto a transformava em refém da sua atuação criminoso.

**Recebido em: 21/01/2013**

**Aceito em: 25/01/2013**